

A LINGUAGEM FASCISTA E A ESPIRAL DO SILÊNCIO DURANTE O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

The fascist language and the spiral of silence in Brazil under Bolsonaro's
administration (2019-2022)

Cleriston Petry¹

Filipi Vieira Amorim²

Angelo Vitória Cenci³

Resumo

O artigo tem como objetivo evidenciar algumas características fundamentais da linguagem fascista e suas repercussões no cenário político brasileiro, com ênfase no período correspondente à eleição e ao governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022). Para isso, articulamos a interpretação desse fenômeno com o conceito de Espiral do Silêncio, da cientista política Elisabeth Noelle-Neumann (1916-2010), considerando este como um dos fatores que não somente viabilizou a eleição de Bolsonaro, mas também permitiu que a linguagem fascista adentrasse ao espaço público, alterando o clima de opinião pública, e fosse, por conseguinte, silenciando deliberadamente dissonâncias políticas, complexidades sociais e o pensamento crítico. Para sustentar a argumentação e elaborar as analogias propostas, baseamo-nos, igualmente, na obra de Victor Klemperer (1881-1960), *La lengua del Tercer Reich*, que nos permitiu a interpretação de algumas manifestações linguísticas do bolsonarismo que foram selecionadas durante a elaboração do artigo. Por fim, propomos uma distinção analítica crucial acerca da compreensão sobre o significado de ser fascista e utilizar uma linguagem de caráter fascista como instrumento de poder e mobilização política.

Palavras-chave: Linguagem fascista; Fascismo; Espiral do silêncio; Bolsonarismo; Brasil.

Abstract

The article aims to highlight some fundamental characteristics of fascist language and its repercussions in the Brazilian political landscape, with emphasis on the period corresponding to the election and government of Jair Messias Bolsonaro (2018–2022). To this end, we link the interpretation of this phenomenon with the concept of the Spiral of Silence, proposed by political scientist Elisabeth Noelle-Neumann (1916–2010), considering it one of the factors that not only made Bolsonaro's election possible but also allowed fascist language to enter the public sphere, shifting the public opinion climate and, consequently, deliberately silencing political dissonance, social complexities, and critical thought. To support the argumentation and develop the proposed analogies, we also draw on the work of Victor

¹ Filósofo, Doutor em Educação pela Universidade de Passo Fundo – UPF. Professor no Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8900-6633>. E-mail: cleriston.petry@furg.br.

² Filósofo, Doutor em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Professor no Instituto de Educação da FURG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3837-3171>. E-mail: filipi_amorim@yahoo.com.br.

³ Filósofo, Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor da Universidade de Passo Fundo – UPF. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0541-2197>. E-mail: angelo@upf.br.

Klemperer (1881–1960), *La lengua del Tercer Reich*, which enabled our interpretation of certain linguistic manifestations of Bolsonarism that were selected during the article's preparation. Finally, we propose a crucial analytical distinction regarding the understanding of what it means to be fascist and the use of fascist-style language as an instrument of power and political mobilization.

Keywords: Fascist language; Fascism; Spiral of silence; Bolsonarism; Brazil.

Introdução

O presente artigo objetiva evidenciar algumas características da linguagem fascista e as repercussões para o Brasil, a partir da mobilização que culminou na eleição de Jair Messias Bolsonaro. Para tal, partimos dos estudos do filólogo alemão Victor Klemperer (1881-1960) publicados na obra *LTI. La Lengua del Tercer Reich* (2018), apropriando-nos de sua contribuição para interpretar os acontecimentos que mobilizam este texto. Ademais, para compreender a adesão de brasileiros à linguagem fascista, que é diferente de *ser* fascista, recorreremos ao conceito de espiral do silêncio, criado pela cientista política alemã Elisabeth Noelle-Neumann (1916-2010), publicado em *A espiral do silêncio – opinião pública: nosso tecido social* (2017), investigando se tal fenômeno favoreceu a predominância da linguagem fascista no espaço público e se o conceito é apropriado para auxiliar a explicar a adesão à linguagem fascista.

Com base nisso, na primeira parte do texto apresentamos e discutimos algumas das principais características da linguagem fascista e as condições de sua aparição no Brasil governado por Bolsonaro, através da pobreza e do simplismo dos discursos, das teorias conspiratórias, da eleição de inimigos imaginários e da violência como resolução dos problemas sociais. Na segunda parte, argumentamos que a linguagem fascista ganhou o espaço público em virtude da espiral do silêncio, quando determinado ponto de vista dominou o cenário e fez silenciar as dissonâncias pelo medo do isolamento e/ou o desejo de fazer parte da maioria e/ou dos que se consideravam poderosos. A espiral do silêncio, entendida como fenômeno recorrente no espaço público, leva-nos à hipótese de que determinados discursos e *modos de perceber* a realidade anteciparam o fascismo como linguagem.

Para Victor Klemperer (2018, p. 25), “a linguagem põe à luz aquilo que uma pessoa quer ocultar de forma deliberada, ante outros ou ante a si mesma,

e aquilo que leva dentro inconscientemente”. De algum modo, o sujeito da linguagem não controla as condições da sua aparência, mesmo quando tenta omitir, mentir, enganar ou falsificar o real. Nas palavras e no modo de dizer aparece o mais importante: como se percebe a realidade, os outros e a si mesmo.

Bolsonaro(ismo) e a linguagem fascista

A característica elementar da linguagem fascista é a pobreza, isto é, ausência de complexidade para compreender o mundo, as relações, os outros. É uma linguagem simplificadora que reduz os inimigos a um denominador comum: “Se falares de vários adversários, alguém poderia pensar que tu, o isolado, talvez não tivesse razão...” (Klemperer, 2018, p. 254-255). No Brasil, o denominador comum se metamorfoseou em variantes que elaboraram o inimigo como aquele que se obstina a ser outro: petistas, feministas, LGBTQIA+, reunidos numa única expressão: esquerdistas. Com a pandemia, o alvo foi a China, a partir de teorias conspiratórias acerca do vírus chinês. Em comum, vemos a adjetivação como estratégia que reúne todos os adversários. Adjetivos que provocam medo e desprezo: medo, quando se considera que estão dominando o Brasil e o mundo, pulverizados como um câncer no Estado; desprezo, quando se usa o moralismo neoconservador ou expressões que retiram a humanidade daqueles que são considerados inimigos.

No Brasil, essa pobreza da linguagem percorreu um longo caminho até que chegássemos ao governo Bolsonaro. Das manifestações de 2013 ao golpe que culminou em *impeachment*, em 2016; do governo Temer às eleições em 2018: uma espécie de novilíngua (Orwell, 2009) que elegeu inimigos imaginários, simplificou a realidade, os problemas e as soluções e tornou-se uma constante, disseminando-se na sociedade. O fenômeno que se observa é que não se trata de persuadir, via debate racional em que postulados mínimos são aceitos, como os fatos e a verdade, mas de incitar, apelar, gritar, agitar ou mesmo agredir. A coerência de conteúdo é sempre provisória, porque o discurso precisa encaixar-se nas transformações do real, nas ações dos indivíduos que ainda não foram reduzidos a massa.

Durante a eleição, Bolsonaro se apresentava como candidato antissistema. No governo, seu método foi o caos e a manutenção da crise e, se nada fazia para mudar alguma coisa ou melhorar a vida dos brasileiros, culpava o sistema (Judiciário, Legislativo). Para Nobre (2020, p. 20), “Bolsonaro transformou a devastação em estilo de governo [...]. Governar para ele seria o mesmo que se render ao sistema”. Para ser o presidente “contra tudo isso que está aí” era razoável que não atuasse como representante da Presidência da República, que não se comportasse segundo os costumes, regras e legislação do cargo que ocupava. Bolsonaro era uma novidade, uma ideia, um movimento.

Os nazistas também haviam lutado contra o sistema, a República e a Constituição de Weimar.⁴ Ao invés de sistema, preferiram a organização: um sistema é “uma construção, uma edificação realizada por mãos e ferramentas seguindo diretrizes do intelecto” (Klemperer, 2018, p. 150). Tal como a noção de Estado designa uma situação sólida, embora não imutável, como ser mais ou menos permanente e limitada, o sistema, para ser sistema, precisa de estabilidade, coerência, articulação entre as partes e, tudo isso, fundado no intelecto, isto é, no conhecimento, na ciência, na tecnologia e/ou na filosofia. São exemplos de sistema: hidráulico, ferroviário, de comunicações, filosófico etc. A organização, por outro lado, não é um saber elaborado pelo intelecto ou para o intelecto; funda-se numa ideia de totalidade (totalitarismo) e na crença, no mágico: “o pensamento aspira à claridade, a magia se pratica na penumbra”, argumenta Klemperer (2018, p. 153).

Na pandemia, evidenciou-se o aporte a soluções mágicas, como o uso de Cloroquina, Hidroxicloroquina e Ivermectina, ou a defesa da imunidade de rebanho, por contato e não por vacinação – ideias/práticas não respaldadas pelas ciências, mas envoltas em superstições. Um exemplo importante foi o Decreto 10.292, de 25 de fevereiro de 2020 (Brasil, 2020), que incluiu as atividades religiosas como essenciais durante a pandemia, na semana em que se acumularam 114 mortes. Tais elementos mágicos, oriundos de um

⁴ Aqui trata-se apenas de uma comparação como recurso retórico para esclarecer o argumento e estabelecer alguns paralelos que podem contribuir com a reflexão do leitor, considerando que usamos como perspectiva de interpretação autores que estudaram e viveram sob o totalitarismo nazista.

pensamento supersticioso e estereotipado, foi estudado por Adorno (2019) em relação à personalidade fascista. De soluções mágicas ao fatalismo, Bolsonaro (e o bolsonarismo) manteve um padrão de conduta, negando sua responsabilidade em relação aos eventos. Em 20 de abril de 2020, com 4.016 mortos, Bolsonaro afirmou aos jornalistas: “eu não sou coveiro” (Cepedisa, 2021, p. 48).

No contexto do bolsonarismo está o pentecostalismo e o neopentecostalismo⁵ – com ministros pastores⁶ e partidos políticos⁷ – que conquistaram espaço no debate público e na política desde a redemocratização (Villazón, 2014) e influenciam decisivamente o pleito eleitoral (ou sendo instrumentalizados para interesses diversos) pelo menos desde 2010, mas que só com Bolsonaro chegaram ao executivo federal.

Por outro lado, com a teologia da prosperidade, forma pessoas atomizadas e adaptadas à economia competitiva. Num contexto de crise social, política e econômica, os afetados precisam de uma reconstrução emocional que as religiões tradicionais não são capazes de ofertar (Villazón, 2014, p. 117). Ademais, é preciso considerar que “entrar para a igreja evangélica melhora as condições de vida dos brasileiros mais pobres”, conforme o estudo de Juliano Spyer (2020, p. 23). Para o autor, tal afirmativa se ampara nas investigações realizadas que constataram a melhora na qualidade de vida das pessoas que aderem ao protestantismo evangélico, pentecostal e neopentecostal. Tais igrejas atuam onde o Estado não chega ou seus serviços são incipientes e fornece uma rede de apoio aos excluídos e esquecidos pelas instituições públicas. Longe dos grandes centros urbanos, em contextos nos quais a presença do Estado é incipiente, os pobres contam com o apoio

⁵ Com Spyer (2020), entendemos que o pentecostalismo e o neopentecostalismo, como segmentos do “protestantismo”, são distintos do “protestantismo histórico”. É importante ressaltar que o neopentecostalismo influenciou e influencia os “reavivamentos” das igrejas protestantes históricas e, na Igreja Católica, a “Renovação Carismática Católica”. “Tendo se desenvolvido a partir dos caminhos abertos pela referência moral e pelas práticas do pentecostalismo, esse movimento funde a ideia do culto exultante, emocional e interativo com uma lógica meritocrática mais explícita e de busca de sucesso material” (Spyer, 2020, p. 62). As duas últimas compõem a “teologia da prosperidade”, um dos elementos centrais do neopentecostalismo.

⁶ Damara Alves (pastora da Igreja Batista da Lagoinha), Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos; André Mendonça (pastor da Igreja Presbiteriana Esperança), foi Ministro da Justiça e da Segurança Pública e Advogado Geral da União (até 2021); Milton Ribeiro (pastor da Igreja Presbiteriana Jardim de Oração), foi Ministro da Educação até março de 2022.

⁷ O Republicanos, vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e o Partido Social Cristão (PSC), à Assembleia de Deus.

emocional, espiritual e material das igrejas evangélicas.

Nesse contexto, as dificuldades e problemas da vida (alcoolismo, desemprego, fome, violência doméstica, uso de drogas) são enfrentados pelos vulneráveis com o apoio de comunidades que se constituem no entorno de igrejas evangélicas. Cabe destacar que 60% dos fiéis pentecostais e neopentecostais são negros e pardos (Spyer, 2020), num país que ainda não prestou contas com a escravidão e, por conseguinte, não tornou cidadão de fato a maior parte da população brasileira. Em situação de vulnerabilidade, é compreensível que as pessoas busquem respostas que lhes auxiliem imediatamente.

Nesse sentido, a teologia da prosperidade adapta o indivíduo em situação de vulnerabilidade ao contexto competitivo da racionalidade neoliberal, estimulando-o a empreender. “A visão mais ou menos compartilhada entre os setores evangélicos é a de que a pobreza é um problema individual que cabe a cada um enfrentar por si mesmo” (Spyer, 2020, p. 177). Para os neopentecostais, a caridade é ajudar outra pessoa a se tornar cristã e a conversão e a adoção da prática religiosa garantirão progresso financeiro, a recompensa divina. A prosperidade, ademais, é compreendida como viver melhor, não necessariamente ostentar luxos, poderes e riquezas. Para Spyer (2020, p. 137), a desaprovação à teologia da prosperidade é oriunda das classes médias brancas que negam ao pobre a ambição, a não sujeição, o querer mais, ser mais e se ver como digno.

A tipificação ideal de uma linguagem evangélica se evidencia na percepção binária e dicotômica do (neo)pentecostal acerca da sociedade e do seu entorno, entre o mundo e a igreja. O primeiro é o lugar do pecado, da violência, do vício, do sofrimento e do mal; o segundo é o da redenção, do acolhimento, da virtude, da paz, da felicidade e do bem. Conforme argumentamos anteriormente, com Klemperer, essa perspectiva simplifica o real e as relações, limita a atuação e favorece ideologias que não estão interessadas na ação, mas numa suposta revelação de um processo que está para além (ou aquém) das aparências. Ter condições de identificar um inimigo (imaginário) pode se assemelhar a “penetrar na escuridão da realidade com um holofote, permitindo uma orientação rápida e abrangente”, escreve Adorno

(2019, p. 266). Para aqueles que sofrem com o desamparo, o abandono, a violência (do Estado, na família, das milícias, do tráfico), a exclusão, a vexação e a humilhação, o pensamento estereotipado e mágico pode ser atraente, pois reduz o complexo ao elementar, independentemente dos fatos e da realidade, incluindo (ou excluindo) o indivíduo numa trama que lida com o fracasso.

Contudo, é importante afirmar que o (neo)pentecostalismo não é fascista, apesar de segmentos religiosos apoiarem e disseminarem a linguagem fascista. O que se alterou foi a quem (ou ao que) se direciona a dicotomia ideológica, sempre em movimento. Além disso, nunca é demais lembrar que os evangélicos (pentecostais e neopentecostais) não se resumem à Bancada Evangélica no Congresso Nacional, que tem interesses próprios e vínculos com pastores que não são unanimidade entre os fiéis. Se o (neo)pentecostalismo não é fascista, não se pode negar que sua linguagem é facilmente cooptada (ou utilizada/apropriada) pela linguagem fascista e que, apesar de os evangélicos não serem integralmente representados pela Bancada Evangélica, a espiral do silêncio, como veremos a seguir, forma a opinião pública e pauta formas de se posicionar no mundo.

No que diz respeito ao ponto de vista daqueles que não são evangélicos, o preço do silêncio é a ignorância do fato de que quase um terço dos evangélicos vive em situação de pobreza aguda e de que o crescimento do (neo)pentecostalismo no Brasil tem a ver com “a influência das igrejas para melhorar as condições de vida dos mais pobres” (Spyer, 2020, p. 23). Talvez por isso o ex-Presidente Bolsonaro, de segundo nome Messias, na campanha eleitoral e no primeiro discurso como presidente eleito, citou João 8:32, “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. A verdade de Bolsonaro é sua perspectiva, e a dos ideólogos do bolsonarismo, acerca da verdade, e não uma constatação sobre os fatos ou construção/constatação científica.

A linguagem do bolsonarismo é uma linguagem da fé, do messias, da missão, da cruzada, da luta entre o bem e o mal. Também é a linguagem da força e da dureza. A dureza expressada pelo presidente quando se referiu à Covid-19 como “gripezinha” em pronunciamento oficial, no dia 24 de março de 2020; ou na tentativa de expressar virilidade: “o vírus está aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem” (Cepedisa, 2021, p. 42); ou em

02 de abril de 2020: “tá com medinho de pegar vírus? Brincadeira” (p. 45); ou como fatalismo e, por conseguinte, indiferença: “todos vocês vão pegar um dia. Tem medo do que? Enfrenta. Lamento as mortes. Morre gente todo dia, de uma série de causas. É a vida”, afirmações proferidas em 31 de julho de 2020. Por fim, instrumentalizando texto religioso para reafirmar sua postura (e de seu governo), legitimado, evidentemente, por uma interpretação oriunda da teologia da prosperidade: “parabéns a vocês que não se mostraram frouxos na hora da angústia, como diz aqui a passagem bíblica” (p. 103), disse no dia 18 de novembro de 2020, na semana em que foram totalizados 168.989 óbitos. Tais expressões de dureza, força e virilidade auxiliam, igualmente, aos que se compreendem como não participando do poder, àqueles que experimentam a angústia e o fracasso. Nesse sentido, o bolsonarismo daqueles que “não têm nada a perder” (e nada a ganhar!) pode ser compreendido como um fenômeno profundo da personalidade de grande parte de indivíduos predispostos a aderir à propaganda antidemocrática. Ademais, indivíduos que, como Bolsonaro, possivelmente tiveram de aceitar (ou impor a si próprios) numerosas restrições sobre a satisfação de suas necessidades, abrigando fortes impulsos agressivos (Adorno, 2019, p. 154). Nesse sentido, a fonte dos medos e a expressão de virilidade, força e dureza pode ser encontrada em necessidades psicológicas e não com a natureza dos objetos. Portanto, e em relação aos silenciamentos e à ignorância (ou à mentira!), é importante considerar que “todos os movimentos fascistas modernos, incluindo as práticas dos demagogos americanos contemporâneos, visaram aos ignorantes” (Adorno, 2019, p. 345).

Essa construção ideológica é total porque nada escapa da explicação sobre o que acontece e localiza o crente (seja político ou religioso) numa esfera de segurança cognitiva acerca do que acontece (vontade divina). Somado a isso, há uma característica da personalidade autoritária (Adorno, 2019), a anti-intracção, que dificulta alternativas educacionais/informacionais aos grupos protegidos pelos clichês, pelas frases prontas, pelos jargões e pelos preconceitos: todos estes são funcionais na constituição psíquica. “Eles acham difícil pensar e até mesmo aprender porque têm medo de ter pensamentos errados ou aprender coisas erradas” (Adorno, 2020, p. 353). Por

isso, há forte e numerosa reação contra a educação sexual, ao casamento civil igualitário, ao aborto, ao uso recreativo de drogas etc., porque falar nesses temas é brandir a existência ontológica, existencial e pulsional. “Falar”, escreve Fanon (2020, p. 32), “é existir absolutamente para o outro”.

A ideologia totalitária, como uma lógica de uma ideia, não explica o que é, mas revela um processo que está em constante mudança, como se houvesse uma lei da qual os fenômenos são deduzidos (Arendt, 2019). Nesse esquema adequam-se as teorias conspiratórias, como se a realidade fosse aquilo que está por detrás das aparências e toda a aparência fosse engano, falsidade ou mentira. Esse modo de raciocinar conduz o indivíduo à perplexidade de nunca encontrar o que está por detrás daquilo que está detrás, pois toda revelação implica tornar aparência, isto é, exige que o escondido, camuflado, ocultado, apareça para ser admitido como verdadeiro. Logo, não se avança na compreensão do mundo, mas no alheamento, na alienação. No contexto de uma pandemia, ficamos mais predispostos a adotar essa forma de raciocinar porque ela dá uma (falsa) sensação de controle, de segurança. Foi assim com o vírus chinês, que pôde explicar o colapso e ineficiência do capitalismo neoliberal, das políticas de austeridade fiscal e privatização: não é responsabilidade do *status quo*, mas dos chineses que perturbaram a eficiente organização hegemônica do Ocidente.

A “espiral do silêncio” e a linguagem fascista

Na história recente do Brasil, o que pautou a “opinião pública” foi exclusivamente o tema da “corrupção”, especialmente a corrupção na política e dos políticos. Entretanto, com a Operação Lava Jato (Augusto Jr; Gabrielli; Alonso Jr, 2021), a corrupção tornou-se, pública e institucionalmente, a explicação total para as verdadeiras razões da desigualdade e da injustiça social. Com o apoio da imprensa, distorceu-se a realidade, mentiu-se e fraudou-se uma população indefesa, surrupiando-lhe a consciência (Souza, 2019, p. 236). Quando a pauta ética foi instrumentalizada e o inimigo escolhido, no simplismo da linguagem fascista, algo foi silenciado e a oposição a essa postura parecia contrassenso. Tal fenômeno exemplifica a espiral do silêncio, que ocorre quando determinado ponto de vista domina o cenário e

outros, aos poucos, desaparecem da consciência pública (Neumann, 2017, p. 22-23).

Por que a corrupção se tornou um fator decisivo na interpretação da política brasileira e um instrumento eleitoral? Para Neumann (2017), os meios de comunicação tendem a criar pseudorrealidades, isto é, percepções seletivas que reduzem a complexidade dos fenômenos pelas palavras (linguagem) utilizadas e pelos silenciamentos. Os meios de comunicação também podem criar “pseudocrises”, “de modo a expulsar temas concorrentes do campo de batalha” (Neumann, 2017, p. 212).

Para captar a atenção do público, que é efêmera, os meios de comunicação e os jornalistas podem operar com regras de atenção: diante de um fato/fenômeno se elabora uma questão; encontram-se fórmulas para expressá-la e se adotam posturas favoráveis ou contrárias. Nas pesquisas de Neumann (2017), são os meios de comunicação que determinam os temas e os põem em discussão. Se um tema não pode ser (ou não é) expresso numa fórmula que apresente possibilidades de confrontá-la, posicionando-se, não se consegue captar a atenção do público e formar a opinião pública. Quem não detém os meios de comunicação ou os usa de modo ineficaz não é capaz de ser ouvido e angariar adeptos e indivíduos engajados. Quem (entre os cidadãos sem poder, sem meios, apenas dispondo de si mesmos e de suas relações) defenderia o Partido dos Trabalhadores (PT), transformado em signo da corrupção pela simplificação, pela eleição de um bode expiatório adequado para captar a atenção pública, e diante de uma questão em que é inviável uma postura dissonante? “Os meios influenciam na percepção individual daquilo que pode ser dito ou feito sem o risco do isolamento” (Neumann, 2017, p. 218-219).

Na política, o que vale é a percepção da realidade. “Vemos o que esperamos ver e as avaliações morais são canalizadas pelos estereótipos, ficções e símbolos carregados de emoções”, argumenta Neumann (2017, p. 211). Como a linguagem constitui a realidade, a interpretação da corrupção limita a percepção e legitima pré-conceitos. O que o tema da corrupção silenciou foi a desigualdade social oriunda da institucionalização da escravidão e a corrupção das empresas, empresários e ricos que se apropriam

do que é público, sonegando impostos, usufruindo do Estado para ampliação do capital privado e de seus interesses pessoais (Souza, 2019, p.197). Na interpretação do patrimonialismo e do personalismo brasileiros, “a instância do mercado e, portanto, do poder dos proprietários, é tornada invisível e só resta o Estado como amálgama institucional e prolongamento do jeitinho brasileiro do homem cordial” (p. 197).

Esse contexto compreende a empresa como modelo ético para a atuação do Estado, das escolas e dos indivíduos. Ao criar uma percepção da realidade (Estado ineficiente, políticos corruptos, funcionários públicos privilegiados enquanto outros brasileiros estão desempregados) e pautar a opinião pública, o estereótipo cria as condições para a adesão ao desmonte do Estado Social e põe em prática um processo de consentimento. No governo Bolsonaro, por exemplo, foi criada a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, ligada ao Ministério da Economia, ocupado por Paulo Guedes. Em 2020, o Banco do Brasil cedeu uma carteira de crédito de 2,9 bilhões ao BTG Pactual, fundado pelo mesmo ministro da economia, por cerca de 300 milhões.⁸ Assim, cria-se a realidade na qual os parasitas do Estado são os funcionários públicos (exclusivamente servidores concursados do Poder Executivo) e os cidadãos vulneráveis que dependem de auxílios públicos para sobreviver; os empresários (detentores de capital) são empreendedores.

As posturas/comportamentos fascistas aparecem em público pela espiral do silêncio, que inibe uma opinião sentida como minoritária ou mais fraca, emudecendo seus partidários. No segundo turno das eleições presidenciais de 2018, quantos adeptos da candidatura de Fernando Haddad estariam dispostos a falar e defender publicamente o projeto e o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT)? Qual o nível de autoconfiança dos eleitores de esquerda para aparecer no espaço público (com discursos, ações e representações visuais)? Sobre isto, Neumann (2017) também argumenta que há uma capacidade humana negligenciada pelas ciências sociais e humanas:

⁸ Informação amplamente noticiada. Conferir em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/07/banco-do-brasil-cedeu-carreira-de-r-29-bilhoes-ao-btg-sem-devidas-justificativas-diz-cgu.ghtml>.

a percepção do clima de opinião. Para a cientista política, as pessoas percebem a fraqueza ou a força de uma opinião (e, também, as oscilações) e ajustam suas condutas conforme a expectativa de isolamento que uma postura pode acarretar. Nesse sentido, a força da linguagem fascista pode ser maior, mesmo que os eleitores não sejam fascistas.

A opinião pública, nesse sentido, significa “opiniões sobre temas controversos, que podem ser expressos em público sem causar isolamento” (Neumann, 2017, p. 104). Quando Bolsonaro, então deputado federal pelo Rio de Janeiro, proferiu seu voto pela admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016, “pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”, condenado pela Justiça como torturador, a “espiral do silêncio” se consolidava na normalização da barbárie. “Tornar pública uma conduta que viola normas sociais sem censurá-la energicamente a fará socialmente mais aceitável”, escreve Neumann (2017, p. 219).⁹

A “espiral do silêncio”, em relação à violência no espaço público, repercutia no Brasil desde 2013, e sintomática foi a defesa do linchamento de um jovem negro por uma jornalista em rede nacional, opinião que não a tirou da bancada do telejornal (SBT News, 2014). Importante destacar que a impressão da jornalista sobre a realidade é ampliada pelo meio que utiliza e pela necessidade, dos espectadores, de entenderem a realidade. Com a criação dos meios de comunicação de massa, não temos acesso direto à realidade e os meios articulam a opinião e a representação do real ou dos fenômenos. A opinião que não é representada pelos meios de comunicação é inexistente, pois não há palavra se os meios de comunicação não a fornecerem; palavras que podem ser usadas para defender um ponto de vista (Neumann, 2017). É mais fácil defender linchamentos, violência policial, prisões ilegais de políticos e tortura de suspeitos quando o pensamento dominante na mídia é o da ineficiência do Estado, da insegurança generalizada e da resolução dos

⁹ A Constituição Federal (Brasil, 1988) garante a inviolabilidade de deputados e senadores em razão de suas opiniões (art. 53), embora não os livre de processo por seus pares e pelo Supremo Tribunal Federal (art. 53 §1). No caso de Bolsonaro, por conduta contrária ao decoro parlamentar (art. 55, II). O deputado, eleito presidente da República em 2018, pôde expressar sua opinião e não ser isolado na Câmara Federal. Havia algo de mais importante que a defesa dos Direitos Humanos e da memória dos presos e torturados que o sustentou no cargo e alçou-o ao cargo máximo do executivo.

problemas com a violência. Os programas policiais do início da noite nas emissoras brasileiras Band, RedeTV! e Record TV formam gerações na linguagem fascista e nos silenciamentos dos verdadeiros problemas sociais.

Podemos dizer que a maior parte do eleitorado pensa, atua e deseja como Bolsonaro? Ou que é fascista? Provavelmente não. Se considerarmos os estudos de Neumann (2017), precisamos admitir a força da opinião pública, do desejo de pertencimento e aceitação diante das pesquisas de opinião acerca do vencedor das eleições. As pessoas sabem que não farão parte do governo, mas buscam evitar o isolamento e percebem que não estão rodeadas por elos de simpatia, mas cercadas de exclusão. A pauta anticorrupção, o mito: a fuga da solidão para a participação em algo que fornecesse um sentido para a existência e uma identidade num contexto de fragilização dos laços sociais. O medo do isolamento ativa a “espiral do silêncio” (Neumann, 2017, p. 24).

Neumann (2017) evidencia o aspecto ameaçador do público, do espaço em que não se pode esconder, em que se está visível, desprotegido, averiguado, influenciado pelos olhares e julgamentos. Por isso, é uma ameaça que engendra silenciamento, pelo medo do isolamento e da desaprovação. Defender, manter, aparecer com uma posição, um comportamento ou opinião distinta da opinião pública demanda coragem, caráter, heroísmo ou loucura. Isso pode contribuir para pensar possibilidades de enfrentamento ao fascismo e ao silenciamento dos problemas reais, porque a defesa de um ser humano livre, emancipado e racional, oriundo do individualismo moderno, não auxilia a compreender o que acontece no Brasil.

Por que, durante a eleição de 2018, desde a classe média até os grupos mais pobres e vulneráveis houve apoio da maioria a Bolsonaro? Porque a “baixa autoestima faz com que poucas dessas pessoas se imaginem, alguma vez, estarem entre os vencedores” (Neumann, 2017, p. 24). Se considerarmos que parte significativa dos evangélicos (pentecostais e neopentecostais) são pessoas pobres e vulneráveis, ou ainda de classe média, constatamos que as resoluções e discursos do presidente atendiam às expectativas daqueles que se utilizam de uma linguagem binária/dicotômica e de sua percepção da realidade, do clima de opinião de seu entorno e de suas necessidades imediatas. Nas eleições presidenciais de 2018, a candidatura de Bolsonaro era

a que mais aparecia publicamente em adesivos nos carros, nas camisetas ou qualquer adereço que identificasse a preferência do eleitor: “É preciso entender o que significa falar e calar em um sentido mais amplo. Usar um *botton* na lapela do casaco, uma camiseta ou um adesivo no carro, são modos de expressar uma opinião. Do mesmo modo, não fazer nada disso, ainda que com firmes convicções, é uma forma de ficar calado” (Neumann, 2017, p. 48).

A questão sobre o eleitorado de Bolsonaro e suas tendências fascistas pode ser aprofundada com os estudos de Neumann (2017). Para a cientista, há grupos mais propensos à expressão e defesa de suas convicções que outros: homens mais do que mulheres, jovens mais do que adultos, os de maior renda mais que os de menor. Segundo pesquisa do *DataFolha*, feita entre os dias 8 e 10 de dezembro de 2020, o índice de maior aprovação do governo Bolsonaro estava entre empresários (56%), moradores do Centro-Oeste (47%), assalariados sem registro (46%), homens (42%) e quem ganhava entre 5 e 10 salários-mínimos (41%).¹⁰ Para Neumann (2017, p. 51), “se um dos grupos políticos atrai mais os jovens ou pessoas de maior nível educacional, certamente terá maior possibilidade de alcançar a aceitação geral”.

Ainda que não seja razoável dizer que Bolsonaro é fascista, que houve um governo fascista e/ou que os eleitores dele são fascistas, é possível afirmar a existência de tendências e de uma linguagem que se assemelham à fascista. E, do mesmo modo, que tanto a linguagem fascista quanto a tendência fascista são expressas, desde então, publicamente, evidenciando uma mudança importante desde a redemocratização, assim como o aparecimento público dos evangélicos. Talvez seja mais apropriado afirmar que o governo Bolsonaro foi caracterizado por uma “política fascista” (Stanley, 2019). Por conseguinte, a interpretação a partir da “espiral do silêncio” pode ser importante para uma compreensão ponderada e para a criação de estratégias políticas, partidárias e educacionais de transformação da opinião pública.

Considerações finais

Iniciamos este artigo propondo compreender alguns acontecimentos

¹⁰ Dados disponíveis na seguinte publicação: “Aprovação do governo Bolsonaro se mantém no melhor nível, mostra DataFolha”. Link para conferência: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/avaliacao-de-bolsonaro-se-mantem-no-melhor-nivel-mostra-datafolha.shtml?origin=folha>.

no governo Bolsonaro a partir da “linguagem fascista” e da “espiral do silêncio”, ambos conceitos que se apresentaram produtivos para interpretar o Brasil e criar perspectivas para a ação.

Partimos do pressuposto de que a linguagem cria, pensa, guia as emoções e dirige a personalidade psíquica (Klemperer, 2018) e, por isso, apresentamos exemplos que servem de provas de plausibilidade para afirmarmos que há (houve) no Brasil a preponderância pública de uma linguagem fascista na medida em que ela silenciou outras linguagens e manifestações políticas. Assim, a linguagem fascista conquistou o espaço público brasileiro silenciando formas criativas, críticas e emancipadoras de se referir à realidade, aos outros e às relações que estabelecemos conosco e com o mundo.

Argumentamos que a linguagem fascista carece de complexidade e, por isso, simplifica a realidade, reduzindo, por exemplo, os adversários a inimigos e estes a um denominador comum. Ademais, constitui-se de teorias conspiratórias, clichês, jargões, frases feitas e soluções mágicas, representando um pensamento estereotipado e supersticioso num reencantamento do mundo (Adorno, 2019). A linguagem fascista também fala incitando, apelando, gritando, agitando, agredindo e, por isso, silenciando opositores ou aqueles(as) que pensam diferente.

O fascismo como linguagem implica o antissistema e o antiestado. O fascismo constitui-se de uma organização, uma totalidade e uma crença, não uma construção ou edificação estável (donde se origina o sentido da instituição Estado). Por isso, a linguagem fascista é total, oferecendo uma esfera de segurança cognitiva diante da destruição do mundo e das crises transformadas em modos de gestão. Outro fator relevante é a compensação psíquica que o neoconservadorismo fornece e que identificamos por meio de uma linguagem evangélica que foi cooptada (por conta do que lhe é própria) à linguagem fascista. O que denominamos de linguagem evangélica diz respeito a práticas performáticas que explicitam uma percepção binária e dicotômica da realidade: o bem e o mal, o mundo e a igreja, além de se estruturar numa falácia metafísica de uma realidade por detrás das aparências.

A linguagem fascista existia no Brasil antes de Bolsonaro e do

bolsonarismo. A diferença está na espiral do silêncio, que proporcionou visibilidade pública, aceitação institucional e silenciou discursos concorrentes. Este aspecto foi decisivo para o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a vitória de Jair Messias Bolsonaro na eleição de 2018. A espiral do silêncio evidencia o que falamos e o que silenciemos. O clima da opinião pública depende de quem fala e de quem cala. Quando determinado ponto de vista domina o cenário, escreve Neumann (2018), e outros desaparecem da cena pública, ocorre o fenômeno da espiral do silêncio. Em 2018 poucos eleitores de Haddad estariam confortáveis em expressar publicamente sua preferência. O clima de opinião mudou em 2022 com manifestações públicas antiBolsonaro. Isso prova que se alterou o conteúdo, mas não o fato social da espiral do silêncio.

Na democracia e na política, nem toda opinião é legítima. A opinião que promove a destruição de seres humanos ou não fundada em fatos é uma farsa de liberdade de opinião, pois é ilimitada e a ilimitação é característica de governos e movimentos totalitários (Arendt, 2007). Por isso, os meios de comunicação de massa têm um papel importante na criação de pseudorrealidades a partir de percepções seletivas e de pseudocrises que expulsam temas e perspectivas concorrentes do campo de batalha (Neumann, 2017). A invasão da Ucrânia pela Rússia e o modo como a mídia ocidental tem elaborado a questão é evidência de que não houve a ruptura com a dicotomia entre bons e maus e nem se colocou a questão de que nem todas as guerras são ilegítimas.

A espiral do silêncio, o fascismo e o totalitarismo se articulam pelo receio das pessoas em ficarem isoladas. Assim, Neumann (2018) escreve que somos capazes de perceber um clima de opinião para evitar a perspectiva de isolamento. Parcela significativa aderiu ao bolsonarismo pelo receio ao isolamento, pela ansiedade por fazer parte de algo, pela ilusão de participar do poder ou, num contexto de rupturas do tecido social, de constituir uma identidade e um sentido para a vida.

Referências

ADORNO, T. W. **Estudos sobre personalidade autoritária**. São Paulo: UNESP, 2019.

ARENDT, H. **A vida do espírito**: o pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARENDT, H. **Eichmann y el holocausto**. Madri: Santillana Ediciones, 2013.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARENDT, H. **La condición humana**. Barcelona: Paidós, 2005.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

AUGUSTO JR, F.; GABRIELLI, J. S.; ALONSO JR, A. (orgs.) **Operação Lava Jato**: crime, devastação econômica e perseguição política. São Paulo: Expressão popular, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 1 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.292, de 25 de março de 2020**. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10292.htm Acesso em: 01 abr. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE DIREITO SANITÁRIO (CEPEDISA). **A linha do tempo da estratégia Federal de disseminação da Covid 19**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/Universidade de São Paulo, 2021.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: UBU Editora, 2020.

KLEMPERER, V. **LTI**: La Lengua del Tercer Reich: apuntes de un filólogo. Barcelona: Editorial Minúscula, 2018.

NEUMANN, E. N. **A espiral do silêncio**. Opinião pública: nosso tecido social. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

NOBRE, M. **Ponto-final**: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SBT NEWS. Rachel fala sobre o adolescente vítima de “justiceiros” no Rio. **YouTube**, 04 fev. 2014. 1:04 min. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=unVIpQHLDwE> Acesso em: 04 jul. 2025.

SOUZA, J. **A Elite do atraso**. Da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação do Brasil, 2019.

SPYER, J. **Povo de Deus**: quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: A política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2019.

VILLAZÓN, J. C. Viejas y nuevas derechas religiosas en América Latina: los evangélicos como factor político. **Nueva Sociedad**, n. 254, nov./dic., 2014, p.112-123. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/viejas-y-nuevas-derechas-religiosas-en-america-latina-los-evangelicos-como-factor-politico/> Acesso em: 02 ago. 2025.